

País volta a pagar sua dívida externa

O Senado aprovou, ontem à noite, o acordo firmado entre o governo e os bancos credores para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa. Foram 61 votos a favor, seis contra e uma abstenção. Pelo protocolo firmado com os credores privados o governo vai pagar cerca de US\$ 900 milhões dentro de 10 dias. Mais US\$ 1,1 bilhão será pago em sete parcelas mensais até dezembro. A primeira parcela, que venceu no dia 17 de junho, só será desembolsada se 95% dos bancos aderirem ao protocolo firmado com o Comitê Assessor dos bancos. O restante dos atrasados, que poderá chegar a US\$ 7 bilhões, será pago com emissão de bônus com prazo de resgate de 10 anos e com três anos de carência.

Resistências

Depois que o PMDB, na véspera, havia decidido apoiar o parecer do relator da matéria, senador Ronan Tito, parecia que a aprovação do acordo seria tranquila. A discussão, porém, complicou-se porque os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Coutinho Jorge (PMDB-PA) decidiram apresentar, no plenário, duas emendas. Se as emendas fosse mantidas pelos seus autores, o texto apresentado por Ronan Tito teria que voltar à Comissão de Assuntos Econômicos para nova discussão.

Tito, contudo, conseguiu

convencer os dois senadores a desistirem de suas emendas alterando o seu texto original. Para atender Suplicy, o parecer sobre o acordo determina que o Senado convocará regularmente o presidente do Banco Central para prestar contas da situação da capacidade de pagamento frente aos compromissos externos. Suplicy, na verdade, queria mais que isso, queria que todos os atos da dívida fossem submetidos ao Senado antes do governo assiná-los. O senador Coutinho Jorge, queria relatórios mensais sobre o comportamento da capacidade de pagamento.

Inflacionário

Apesar do recuo, o senador Eduardo Suplicy votou contra, junto com os senadores Jutahy Magalhães (PSDB-BA) e Ruy Bacelar (PMDB-BA). Citando dados obtidos no Banco Central e considerados confidenciais, Suplicy informou ao plenário que o superávit previsto para este ano, pelo governo, será decorrente da *seignorage*, ou seja, da emissão de moeda para a compra de divisas. De acordo com o senador, que recebeu duas projeções sobre a situação das contas públicas este ano, a primeira, que previa um déficit virou, na segunda um superávit. A diferença entre uma projeção e outra é de US\$ 15 bilhões que, segundo Suplicy, será o montante da emissão de moeda.

Aldo Renato Soares/AE